

## **REQUERIMENTO N° , DE 2005**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto nos Atos Declaratórios nºs 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, da lavra do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicados no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 de agosto de 2002 e, ainda, que a Caixa Econômica Federal é empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. ANTÔNIO PALOCCI FILHO, as seguintes informações:

1. Quais as providências administrativas adotadas pela Diretoria da Caixa Econômica Federal (CEF) para dar efetividade aos termos do disposto nos Atos Declaratórios nºs 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, da lavra do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, publicados no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 de agosto de 2002?
2. A Caixa Econômica Federal continua adotando a sistemática de proceder à retenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre as verbas recebidas a título de férias não gozadas por necessidade de serviço; verbas decorrentes de Licença-prêmio não gozadas; e verbas decorrentes de assiduidade e ausências permitidas ao trabalho para tratar de interesse particular (APIP), relativamente a seus empregados?
3. Qual é a posição da Assessoria Jurídica da Caixa Econômica Federal sobre o cumprimento dos Atos Declaratórios nºs 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002, antes referidos, no âmbito da administração de Recursos Humanos da CEF?

4. Informar se existe contencioso judicial em face da Caixa Econômica Federal, reclamando o cumprimento dos Atos Declaratórios anteriormente referidos, enumerando a posição judicial adotada pela CEF.
5. A Diretoria da CEF solicitou ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da Secretaria da Receita Federal instruções para aplicação, em relação aos seus empregados, do disposto nos Atos Declaratórios nºs 4 e 8, ambos de 12 de agosto de 2002?

Sala das Sessões,

Senador FRANCISCO PEREIRA